



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
SBS, Qd 02, Bloco Q, Edifício João Carlos Saad - Bairro Asa Sul - CEP 20070-021 - Brasília - DF - www.confere.org.br
14º andar, salas 1401 a 1406 - CEP 70070-120

PARECER - PROCURADORIA GERAL

PARECER Nº 94/2024 – PROCURADORIA-GERAL

Ref.: Processo Administrativo nº 11/2024 e de Inexigibilidade nº 05/2024 – Contratação do Programa Auditoria.Net – Análise do Procedimento e da Minuta Contratual.

Aprecia-se, nesta oportunidade, contratação direta, instaurada pelo rito da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de contratar o programa Auditoria.Net, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no artigo 74, I, pela quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos 12 (doze) primeiros meses e de R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais), após esse período, caso o contrato seja renovado, sendo certo que o módulo, no cálculo de seu valor, leva em consideração o acesso aos 24 Conselhos Regionais, somando-se o valor mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais), por entidade, no primeiro ano e o de R\$ 276,00 (duzentos e setenta e seis reais) nos anos posteriores.

O Documento de Formalização de Demanda nº 29/2024, ID 4207, assinado pelo ordenador de despesas, trouxe em seu bojo o objeto do procedimento, já acima identificado, assim como a justificativa, a qual se consubstancia no seguinte:

"os processos de gestão administrativa do Confere deverão ser aprimorados e/ou mantidos, para atender de maneira eficiente as demandas administrativas que implicam na utilização de recursos, bem como atender às exigências normativas do Tribunal de Contas da União e da Auditoria da entidade. Nesse sentido, revela-se instrumento indispensável ao gestor público soluções tecnológicas integradas para gerir informações e nortear a sua tomada de decisões, visando aperfeiçoar a gestão das áreas finalística e meio do conselho, entre outros, de modo a dar cumprimento fiel aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O módulo "Auditoria.Net", comercializado pela empresa IMPLANTA INFORMÁTICA LTDA, é o único no mercado que se integra ao programa de contabilidade já contratado por todas as entidades integrantes do Sistema Confere/Core's, Siscont.Net, no qual possibilita a exportação de arquivos em tempo real, permitindo, assim, uma prestação de contas mais célere e possibilitando eventuais retificações de forma tempestiva.

É importante destacar que a integração exclusiva com o "Siscont.Net" não apenas agiliza a exportação de arquivos em tempo real, mas também garante a uniformidade e a confiabilidade dos dados compartilhados entre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais. Esta característica única do "Auditoria.Net" é essencial para a manutenção da integridade das informações contábeis e financeiras, que são cruciais para a transparência e a eficiência das auditorias realizadas pelo Sistema Confere/Cores.

Além disso, a adoção deste sistema informatizado está alinhada com o Plano de Ação do Conselho Federal dos Representantes Comerciais para o exercício de 2024, que enfatiza a importância da modernização e da otimização dos processos internos para melhor servir aos interesses da classe representativa e da sociedade em geral. [A contratação do "Auditoria.Net", por inexigibilidade de licitação,](#)

portanto, não é apenas uma questão de conveniência, mas uma necessidade estratégica para alcançar os objetivos institucionais do Confere, conforme delineado no Plano de Ação.

Cumprе destacar que a empresa Implanta S.A enviou, junto com sua proposta, a carta de exclusividade de comercialização do programa pretendido e o Certificado de Registro de Programa de Computador, preenchendo o requisito do art. 74, I, da Lei 14.133/21, que versa sobre o fornecimento exclusivo de produtos, justificando a possibilidade de contratação por inexigibilidade.

A implementação do "Auditoria.Net", também, contribuirá para a realização de auditorias mais eficazes e tempestivas, permitindo que eventuais discrepâncias sejam identificadas e corrigidas prontamente, o que é fundamental para a gestão responsável dos recursos e para a manutenção da credibilidade do Sistema Confere/Cores perante seus membros e a sociedade. A escolha deste sistema, portanto, reflete o compromisso do Conselho com a excelência operacional e a governança corporativa.

Considera-se, também, que o Confere não possui efetivo técnico suficiente para desenvolver novas soluções e que nem se afiguraria vantajoso contratar pessoal para tal, dada a exiguidade do prazo, o alto custo e o alto risco de se implementar uma solução tão complexa sem qualquer experiência na área; Além do fato de que desenvolver sistemas de informação dessa natureza não é a finalidade desta Entidade.

Sendo assim, decidiu-se por proceder contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados de locação de software e manutenção dos mesmos, destinados a prestação de contas dos Conselhos Regionais ao Conselho Federal.

Essa contratação deverá se estender por mais de um exercício financeiro visto tratar-se de serviço de natureza continuada, auxiliar e necessário à Administração no desempenho de suas atribuições — que se interrompido poderá comprometer a continuidade das atividades do Conselho Federal dos Representantes Comerciais – CONFERE.”

O Documento de Formalização de Demanda aduziu, ainda, quanto à rubrica reservada para atender a demanda, 6.2.2.1.1.01.04.04.059 – Sistemas de Gestão Administrativa e Contábil.

A proposta da empresa fora colacionada no ID 4267, nos valores já discriminados acima e seus certificados de exclusividade, de propriedade intelectual e de registro, foram anexados pelos IDS 4474/4476.

O Estudo Técnico Preliminar constou do ID 4500.

O Termo de Referência fora acostado no ID 4623.

As certidões da empresa foram colacionadas nos IDS 4627/4633 e 4984, cujas regularidades foram comprovadas pela Gerência de Aquisições, conforme breve relato do procedimento, constante do ID 5004/5006, sendo certo que sua documentação fora anexada nos IDS 4634/4647.

A comprovação de que o preço ofertado ao Confere fora abaixo do praticado no mercado consta dos IDS 4651-4654 e 5092-5094.

Acerca da legalidade do procedimento, é cediço que a Lei nº 14.133/2021 estabelece a possibilidade de contratação direta para aquisição de bens ou serviços por dispensa ou inexigibilidade, estando a contratação em destaque prevista no artigo 74, I:

"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;"

Sobreleva considerar o § 1º do mesmo artigo:

"§1º Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica."

Por intermédio do **ID 4474**, verifica-se que fora colacionada certidão atestando a exclusividade do produto pela empresa Implanta, cuja patente fora pormenorizadamente especificada pelo setor requisitante no DFD e no Termo de Referência.

Ultrapassadas tais questões, passa-se à análise dos demais requisitos legais para o regular prosseguimento da presente contratação.

A Lei que ampara o procedimento, em seu artigo 72, dispõe sobre a instrução do processo licitatório, a qual convém colacionar:

"Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente."

Observa-se que a instrução do processo está em consonância com a lei de regência, conforme observamos pelo Documento de Oficialização da Demanda, **ID 4207**, pelo Termo de Referência, **ID 4623**, bem como pelo presente parecer.

Consta, ainda, nos autos, as certidões de regularidade, cujas autenticidades foram verificadas pela Gerência de Aquisições, **ID 4627/4633**.

Isto posto, levando-se em consideração as informações constantes do procedimento em análise, esta Procuradoria entende que a proposição está em condições de ser aprovada, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no artigo 74, I da Lei nº 14.133/2021, ressaltando-se, contudo, **que o setor competente deverá providenciar a publicação do ato de inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021, sob pena de nulidade.**

Passando-se à análise da minuta contratual, temos a aduzir:

Manifesta-se, nesta oportunidade, acerca da minuta de contrato a ser celebrado com a empresa Implanta Informática Ltda, ID 5115, cujo objeto é a locação e prestação de serviços continuados de hospedagem em Data Center ou ambiente de "cloud computing", suporte técnico, manutenção corretiva e preventiva da solução 100% web, para a quantidade ilimitada de usuários do módulo Auditoria.NET, pelo período inicial de 12 (doze) meses.

Inicialmente, registre-se que não compete a esta Procuradoria opinar sobre cálculos, custos, quantitativos e aspectos técnicos não jurídicos da contratação, cabendo ao gestor zelar para que os procedimentos a ela referentes sejam rigorosamente obedecidos, sendo a justificativa de inteira responsabilidade da área demandante do serviço.

Em consonância com o artigo 72, III da Lei nº 14.133/2021, cumpre-nos analisar o teor dos documentos em destaque, levando-se em consideração a matéria de regência e as informações constantes do procedimento licitatório em tela.

O artigo 92 da Lei supracitada elenca as cláusulas necessárias a todos os contratos, as quais passamos a apreciar:

Verifica-se que o objeto (cláusula primeira – do objeto) traduz de forma concisa a contratação dos serviços a serem prestados pela referida empresa.

O prazo de vigência do contrato fixado (cláusula segunda – da vigência e prorrogação do contrato), será de 12 (doze) meses, iniciando na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, respeitada a vigência máxima decenal, consoante o artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

A (cláusula terceira – dos deveres e responsabilidades da contratada), apenas, informa que estes estão discriminados no item 8.1 do termo de referência.

A (cláusula quarta – dos deveres e responsabilidades do contratante), apenas, informa que estes estão discriminados no item 8.2 do termo de referência.

No que se refere à (cláusula quinta – dos prazos de atendimento das solicitações), são esclarecidos os prazos de atendimento das solicitações, de acordo com os tipos de problema e graus de criticidade.

Em relação à (cláusula sexta – do preço), fora discriminado que o valor mensal a ser pago pelo serviço é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos 12 (doze) primeiros meses e de R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais), após esse período, caso o contrato seja renovado.

Sobreleva ressaltar que o módulo, no cálculo de seu valor, leva em consideração o

acesso aos 24 Conselhos Regionais, somando-se o valor mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais), por entidade, no primeiro ano e o de R\$ 276,00 (duzentos e setenta e seis reais) nos anos posteriores, em conformidade com o item 3.1 do Documento de Formalização de Demanda.

A (cláusula sétima – do pagamento) dispõe acerca do pagamento.

No que tange à (cláusula oitava – das sanções), verifica-se que seu texto é similar ao item 10 do termo de referência.

A (cláusula nona – do acompanhamento da fiscalização) atende ao disposto no artigo 117 da Lei nº 14.133/2021 e está em consonância com o item 11 do termo de referência.

Em relação à (cláusula décima – da rescisão), consubstancia-se nos termos do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.

A rubrica que será utilizada para a contratação fora discriminada na (Cláusula décima primeira – da dotação orçamentária).

Por intermédio da (Cláusula décima segunda – do acréscimo ou supressão do objeto), está em consonância com o artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

A (cláusula décima terceira – da cessão ou transferência) se restringe a informar que o contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

O reajuste estabelecido na (cláusula décima quarta – do reajuste) se coaduna com o item 7.5 do termo de referência, levando-se em consideração o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Por intermédio das (cláusula décima quinta – dos procedimentos de tratamento e proteção de dados pessoais; cláusula décima sexta – do tratamento de dados pessoais; cláusula décima sétima – das disposições gerais), verifica-se a sua consonância com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados.

Por fim, a (cláusula décima oitava – do foro) informa que as partes elegem o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, local onde está estabelecida a sede do Confere, para dirimir quaisquer questões oriundas do contrato, com expressa renúncia aos demais.

A documentação da empresa, bem como suas certidões foram devidamente acostadas ao processo, sendo certo que as autenticidades das certidões foram conferidas pelo Setor de Contratos, IDS 4627-4633 e 4984.

No que diz respeito à representação legal da pretensa contratada, verifica-se que os signatários do contrato, por parte da contratada, Sr. Argileu Francisco da Silva e Fernando da Silva Bortoli, possuem poderes para representar a sociedade, conforme consolidação contratual da sociedade constante do ID 4638.

Diante de todo o exposto, concluímos pela regularidade do contrato submetido à apreciação desta Procuradoria.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2024.

Izaac Pereira Inácio
Procurador-Geral

AMD/IPI



Documento assinado eletronicamente por **Izaac Pereira Inacio, Chefe da Procuradoria Geral**, em 26/12/2024, às 14:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.confere.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0005264** e o código CRC **25307C1C**.

